

## POVOS INDÍGENAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS APINAJÉ DURANTE O PERÍODO MILITAR NO BRASIL

MARCELO GONZALEZ BRASIL FAGUNDES\*

### INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade apresentar resultados iniciais de pesquisa que busca analisar as relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e o povo indígena Apinajé durante o regime militar, através da implementação de projetos de “desenvolvimento” econômico, buscando refletir sobre os impactos socioculturais destes projetos sobre as comunidades indígenas.

A partir da segunda metade do século XX, os Apinajé enfrentaram a implantação de projetos econômicos de Estado em seu território. Efetivamente, esse processo significou a alteração de determinados comportamentos culturais, como mudanças na forma de produção de alimentos através da introdução de agricultura mecanizada, restrições ao uso do território tradicional para atividades extrativistas, em virtude do aumento da pressão de posseiros e invasores, além de uma maior dependência de produtos industrializados potencializada pela introdução de cantinas nas aldeias.

Esta problemática surgiu de um envolvimento direto com a questão indígena e com a comunidade Apinajé. Durante aproximadamente 5 anos, exerci, junto à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a função de “indigenista especializado”, trabalhando diretamente com as comunidades Apinajé. De tudo que observei nesses anos, tornou-se evidente os inúmeros problemas causados pela introdução de políticas desenvolvimentistas de governos federais ou estaduais, exacerbando um embate discursivo entre os povos indígenas e o “progresso”. Percebeu-se ainda, a enorme capacidade de adaptação e resiliência do povo Apinajé frente há séculos de intenso contato com a sociedade nacional. Dessa forma, pareceu-me relevante pesquisar os impactos causados pelo estabelecimento de uma política indigenista integracionista e de programas de desenvolvimento que negligenciavam os anseios indígenas e lhes imputava o estigma de serem um empecilho ao “progresso”.

---

\* Professor Assistente do curso de História da Universidade Federal do Tocantins – UFT/Campus de Porto Nacional. Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

## CONFLITOS DE HISTORICIDADE

Ao longo do século XX, diversos estudos antropológicos foram realizados com os Apinajé. Em sua maioria as pesquisas realizadas entre eles foram etnografias que focaram, principalmente, suas relações de parentesco e cosmologia. O pioneiro foi o etnólogo alemão Curt Nimuendajú, que esteve entre eles nas décadas de 1930 e 1940. Outros importantes estudos etnográficos são os dos antropólogos Roberto da Matta (*O mundo dividido*, [1966]), José da Silva Gonçalves (*A luta pela identidade social*, 1981) e Odair Giraldin (*Axpên Purák*, 2000). Apesar de serem um dos grupos indígenas Jê mais estudados pela antropologia, as pesquisas de caráter eminentemente historiográficas são ainda limitadas.<sup>1</sup> Mesmo entre esses estudos, as temáticas que envolvem a implementação dos projetos econômicos de Estado, durante o regime militar, e seus impactos socioculturais, não são objeto que reflexão aprofundada.<sup>2</sup>

Esta pesquisa se insere dentro de uma visão mais ampla do campo de estudo da história indígena, pautando-se como método interdisciplinar na etnohistória.<sup>3</sup> Não obstante, propõe a análise de fontes escritas, produzidas nos mais distintos contextos e da memória social do povo indígena Apinajé sobre os processos históricos aqui problematizados. Por outro lado, considera destacar a história dessas populações a partir do seu protagonismo e de suas distintas noções de temporalidade.

<sup>1</sup> Existem pesquisas que apresentam questões pontuais da história Apinajé, como a política indigenista em Goiás entre séculos XIX e XX. Entretanto, essas informações residuais devem ser melhor analisadas. Odair Giraldin reflete sobre as questões de historicidade dos Apinajé (que serão discutidas na metodologia deste projeto) apresentando importantes caminhos para analisar uma história a partir da perspectiva indígena. GIRALDIN, Odair. *Axpên Purák: História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2000. Outras etnografias: NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém/PA, 1983. OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *Os Apinagé do Alto Tocantins: costumes, crenças, artes, lendas, contos e vocabulário*. *Boletim do Museu Nacional*, VI, 1930. p. 61-110. DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido: estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976. GONÇALVES, José da Silva. *A luta pela identidade social: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central*. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional/UFRJ. 1981. ROCHA, Raquel Pereira. *O "Tempo do primeiro" e o "tempo de agora": transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé/TO*. Tese de doutorado. Campinas, SP, 2012.

<sup>2</sup> Os processos e documentos escritos presentes nos acervos do Centro de Documentação/FUNAI e Acervo Grande Carajás/CTI possuem relevantes relatórios que permitem reconstituir parte dessa relação entre Estado e povo indígena a partir das problemáticas levantadas neste projeto.

<sup>3</sup> 'Para uma síntese do debate em torno do conceito ver: EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; CAVALCANTE, 2011.

As fontes escritas constituem-se de processo de identificação de limites, onde constam relatórios de antropólogos com aprofundado levantamento de informações históricas, documentos de instituições públicas e de organizações não-governamentais, cartas de lideranças indígenas endereçadas aos organismos de Estado, memórias e atas de reuniões, telegramas, notícias e informações sobre situações de conflito envolvendo os Apinajé, além de outras. Tudo isso constitui uma ampla variedade de registros escritos que possuem especificidades que devem ser consideradas no processo de análise, a partir de uma crítica documental atenta. Mèlia, questionando-se sobre a possibilidade de reconstituir uma etnologia Guarani a partir da documentação colonial, aponta que é preciso comparar textos análogos, analisar as divergências, tentando “desideologizar” as pré-concepções, valorando a maior ou menor autenticidade dos autores, com fins a encontrar as constantes da visão que os documentos escritos possam ter sobre os povos indígenas. (MÈLIA, 1997)

As perspectivas de reflexão sobre a história indígena em um tempo recente são favorecidas pelo processo regramento dos direitos territoriais dos povos indígenas a partir da Constituição de 1988, que para reconhecimento do direito sobre o território, necessitavam de pesquisas de caráter diacrônico. A disponibilização de arquivos referentes ao regime militar em momentos mais recentes, principalmente através dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – CNV, trazem outros horizontes de análise. O relatório Figueiredo apresenta-se como fonte historiográfica relevante na compreensão da atuação do Estado perante os povos indígenas durante a ditadura militar e que ainda não foi totalmente explorado.

Outro aspecto dessa pesquisa consiste na análise do significado desses projetos de desenvolvimento econômico e de seus impactos socioculturais nas comunidades indígenas através da perspectiva Apinajé. A tentativa de compreensão a partir do protagonismo indígena nos leva a considerar a necessidade de perceber, inicialmente, a perspectiva histórica dos Apinajé, pois tal como aponta Camack (1979), deve ser considerado o estudo da visão que uma sociedade tem sobre seu próprio passado, que leve em consideração a atitude cultural que tem diante da passagem do tempo, as implicações históricas de seus mitos e suas relações rituais. No tocante a esta perspectiva de análise convêm considerar que implicações tem a noção de temporalidade dos Apinajé sobre as mudanças socioculturais decorrentes dos projetos de desenvolvimento, ou, em outro sentido, se essas alterações influem na forma como

eles se percebem na passagem do tempo histórico. Há essa altura, cabe-nos questionar: como escrever a história Apinajé a partir de sua perspectiva temporal? Em verdade, essa reflexão não é original. O antropólogo Roberto Da Matta, que realizou pesquisa nos Apinajé na década de 1960, questiona-se sobre que partido haveria de tomar para contar a história dos Apinajé. “tomarei o partido dos cronistas coloniais (...) ou buscarei a “história” dessa região do Brasil Central, quando terei então que reunir em dados de várias fontes (documentos, relatórios, cronistas, jornais, relatos geográficos, etc.) (...)” (DA MATTA, 2010. P. 138). Pergunta-se ainda como seria a “história Apinajé” narrada por eles:

(...) Essa é a questão crucial enfrentada por todo etnólogo no seu trabalho de campo. A resposta para ela é capaz de transformar todos os historicismos porque os Apinayé têm uma noção de tempo e duração do tempo, mas não tem uma perspectiva histórica. Não ter uma perspectiva histórica significa, inicialmente, não tomar o tempo e sua passagem como uma moldura pela qual se possam ligar todos os acontecimentos. Para um Apinayé adulto, a unidade (ou a continuidade) de sua sociedade e cultura não é dada pela noção de temporalidade segundo a qual certos eventos causam ou conduzem a outros, num processo indefinido e jamais acabado. (DA MATTA, 2010. P. 138)

Segundo Da Matta, os Apinajé tem uma noção de tempo que é distinta da linearidade/continuidade do tempo histórico ocidental, onde não há o jogo de causa e efeito. Ressalta ainda a ideia de um “presente anterior”, aonde na interação mítica entre o Sol e Lua vai se formando o mundo. “Esse “presente anterior”, formado por Sol e Lua, é o mesmo “presente atual”, pois tudo que eles deixaram ainda é realizado hoje” (DA MATTA, 2010. P. 139). Para Giraldin (2000), a forma como Da Matta conduz a discussão demonstra sua influência da concepção de tempo ocidental, apontando sua inspiração na noção de sociedades “quentes” e “frias”, teorizadas por Lévi-Strauss. Procurando demonstrar a improcedência dessa ausência de perspectiva histórica, Giraldin compreende:

(...) que mito e história são formas de consciência social”, e que os mitos devem ser entendidos “como expressões de uma teoria social, através da qual se pode interpretar a sociedade Apinajé, procurando compreender como se interrelacionam os diversos aspectos da sua vida (...) num todo social e cultural. (GIRALDIN, 2000. p. 28).

De seu estudo realizado com os Apinajé, ele aponta para as distintas formas com que se apresentam as narrativas históricas Apinajé: *mẽ y iarẽn* (contar); *mẽ tũm iarẽn* (histórias antigas, “que são o que no ocidente convencionou-se chamar de “mitos””); apresenta ainda as

principais históricas contadas: *Mỳ̀̀ti* (Sol) e *Mỳ̀̀wrỳ̀re* (Lua), além da história de criação dos *kupẽ* (denominação dos não-indígenas). Aponta ainda, para distinções do tempo feitas para separar a história em pré-*kupẽ* e pós-*kupẽ*. Seguem-se as narrativas dos mitos do *Mỳ̀̀ti* (Sol) e *Mỳ̀̀wrỳ̀re* (Lua) e a criação da humanidade Apinajé e do *kup*, contados por *Katàn Kaàk* (Grossinho), importante liderança dos tempos passados.

A partir da reflexão anterior, entendo que sociedades humanas possuem distintas formas de se representarem a partir da história, em outras palavras, possuem diferentes regimes de historicidade. Essas formas de se perceberem através da experiência do tempo histórico consistem em dar significado a essa passagem do tempo e a experiência vivida. Assim, pensar os Apinajé a partir de suas “perspectivas históricas” significa contrapor-se ao regime linear de historicidade cristão-ocidental que é configurado a partir da ideia de “progresso”. Em outras palavras, a situação de relação interétnica estabelecida entre Estado – pensado aqui através de sua matriz institucional e econômica – e os povos indígenas se constituí, no caso dos projetos de desenvolvimento, através do choque de distintos regimes de historicidade.

Observando “expectativa” e “experiência” como categorias históricas adequadas para perceber as formas como as sociedades entendem o tempo histórico, Koselleck aponta que na modernidade cristã-ocidental o conceito de progresso definiu-se como horizonte de expectativa que incluía o coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo. Criado no século XVIII por Kant, o “progresso” racionalista procurou universalizar o conceito influenciado por um “coeficiente de variação temporal”. No choque com o outro, “aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos” (KOSELLECK, 2006. p. 317.) Assim, as concepções historiográficas – carregadas pelas noções de linearidade e continuidade do tempo histórico – foram influenciadas pela noção de progresso.

Mas foi na experiência da modernidade, na ascensão do sistema capitalista, que o conceito de progresso adquiriu nova característica ao ser associado à ideia de “desenvolvimento”. Em tempos mais recentes, conforme Viola (2000), esta concepção de desenvolvimento foi entendida de duas distintas formas: como processo histórico de transição à uma economia

moderna, industrial e capitalista; e como aumento da qualidade de vida, da erradicação da pobreza e de se conseguir melhores indicadores de bem estar material.<sup>4</sup>

Dessa forma, entende-se “desenvolvimento” como uma categoria coerente de fenômenos sociais, que deve ser observado em seu processo histórico, mas também como prática discursiva, que constituem elementos da realidade social. É necessário “uma visão de desenvolvimento como invenção, como experiência historicamente singular que não foi nem natural, nem inevitável, senão o produto de processos históricos bem identificáveis.” (ESCOBAR, 1997. p.11). A concepção de “desenvolvimento” se apresenta como eivada de ideologias e pré-concepções que constituí uma lente pela qual passa nossa percepção do mundo contemporâneo. Entre as pré-concepções que mais influem na forma de ver o “desenvolvimento” estão o economicismo e o eurocentrismo. O economicismo deriva da “centralidade da teoria econômica neoclássica na configuração das imagens dominantes do desenvolvimento, entre elas a identificação do desenvolvimento como crescimento econômico e como difusão em escala planetária da economia de mercado.” (VIOLA, 2000). Já o eurocentrismo opera desde o colonialismo do século XVI como modelo ocidental de sociedade como parâmetro universal para medir o relativo atraso do progresso dos demais povos do planeta. Como o termo “civilização” no século XIX, “desenvolvimento” é um termo que descreve, não só um valor, mas também um marco interpretativo ou problemático através da qual conhecemos as regiões empobrecidas do mundo. Dentro deste marco interpretativo, adquirem sentido e se faz compreensível uma multidão de observações cotidianas. O “desenvolvimento” é visto como mito originário do sistema capitalista e da modernidade. (ESCOBAR, 1997.)

## OS APINAJÉ E OS PROJETOS ECONÔMICOS DE ESTADO

---

<sup>4</sup> A partir dos anos 1980, houve um aumento de estudos sobre os discursos, as práticas e as consequências sociais das instituições do desenvolvimento. Ocorreu processo de especialização interna no campo da antropologia e observou-se uma maior participação de antropólogos em ONGs e instituições de desenvolvimento. Durante a década de 1990, o conceito de desenvolvimento foi submetido à uma revisão e sendo discutido desde suas diversas perspectivas demonstrando todas as ambiguidades do termo. (VIOLA, 2000)

Os Apinajé pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, de família Jê-Timbira (que incluem Apanjekrà, Ramkokamekrà, Gavião Pykobjê, Krikati e Krahô) e ficaram conhecidos como Timbira Ocidentais, por sua localização em referência ao rio Tocantins. No Entanto, distinguem-se linguisticamente dos Timbiras Orientais, possuindo similaridades com os Kayapó setentrionais. (NIMUENDAJÚ, 1983). Existem variadas referências à localização histórica de seu território tradicional na área de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, em região conhecida como “bico do papagaio”, no norte do atual Estado do Tocantins. Essa área caracteriza-se por ser uma zona de transição entre o bioma cerrado e amazônico, apresentando diversos tipos de cerrado nas regiões de “chapada” e de florestas de galeria nas margens dos cursos d’água. Além dessas formações, essa região do norte de Tocantins, é coberta por florestas de palmeiras de babaçu, que tem significativa importância na economia extrativista regional.

Os Apinajé possuem longo histórico de contato com a população envolvente. A partir da metade do século XVII, a região da mesopotâmia Araguaia-Tocantins sofreu o avanço da exploração colonial portuguesa, através da busca de metais preciosos e das expedições de “apresamento” de índios. A presença dos jesuítas também foi significativa e responsável pelo estabelecimento de “repartimentos” de índios. A descoberta de jazidas de ouro no alto Tocantins intensificou a navegação destes rios. Em 1739, como forma de estabelecer controle sobre a navegação do rio Tocantins e coibir o contrabando de metais preciosos, o Capitão-geral da província de Goiás, D. Luiz Mascarenhas ordenou o recrutamento de homens para combater os índios “Pindarés”. Este é, talvez, o primeiro relato escrito sobre Apinajé. (NIMUENDAJÚ, 1983. p. 22)

A resistência dos grupos indígenas foi um empecilho à ocupação dessa região. Já na segunda metade do século XVIII, com declínio da produção aurífera, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins passou a ser incentivada como forma de diversificar a economia da colônia. Diversas expedições foram organizadas com objetivo de verificar a sua navegabilidade. Por volta de 1850, o norte goiano foi afetado por um afluxo populacional provocado pelas frentes de expansão pastoril que possibilitaram o surgimento de cidades como Carolina no Maranhão e Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) (VELHO, 2009). O norte da província do Goiás padecia com a estagnação econômica devido ao seu isolamento. Por isso, a navegação

dos rios Araguaia e Tocantins tornou-se um objetivo a ser alcançado. Entretanto, a resistência dos Apinajé, entre outros grupos indígenas, impedia a segurança das embarcações que utilizavam esses rios. Para enfrentar esse desafio o governo provincial instalou ao longo do Araguaia postos militares que tinham o objetivo de combater os indígenas “hostis”. A partir daí, os Apinajé afastaram-se cada vez mais da região do rio Araguaia e aproximaram-se do Tocantins. (NIMUENDAJÚ, 1983. p. 23)

A partir da segunda metade do século XX, o estabelecimento de políticas desenvolvimentistas procurou incentivar a ocupação da Amazônia legal, através da construção de rodovias. A construção da rodovia Belém-Brasília proporcionou o surgimento de diversos núcleos populacionais ao longo das margens do rio Tocantins. A partir deste processo, tem início a problemática relação dos Apinajé com os projetos econômicos de Estado que ainda hoje afetam seu território tradicional e suas comunidades.

Atualmente, as comunidades indígenas Apinajé estão distribuídas em mais de 30 aldeias, totalizando uma população de aproximadamente 2 mil pessoas. Os Apinajé vivem em território indígena de pouco mais de 140 mil hectares, demarcado em conflituoso processo no ano de 1985. Eles enfrentam ainda os impactos de diversos empreendimentos econômicos que, direta ou indiretamente, incidem sobre seu território tradicional. Reunidos em assembleia da associação indígena Pempxà, em setembro de 2011, as lideranças Apinajé ressaltaram o impacto desses “projetos de desenvolvimento”:

Cada vez mais estamos sendo “encurralados”, cercados e pressionados pelos chamados grandes projetos de “desenvolvimento”, a ganância das grandes empresas transformou nosso território Apinajé na TI mais impactada do Brasil. São os grandes empreendimentos, construídos de maneira ilegal e sem Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais-EIA-RIMA, exemplos; Ferrovia norte-sul, monoculturas de eucaliptos, asfaltos, linhas de transmissão e hidrelétricas. Depois da construção da UHE Estreito, nosso território vem sofrendo mais invasões de madeireiros, caçadores e pescadores, e até agora as questões da compensação com a FUNAI/CESTE não foram resolvidas. Vivemos preocupados também com as constantes ameaças de construção de mais (02) duas grandes hidrelétricas projetadas aqui na região; Santa Isabel e Serra Quebrada.<sup>5</sup>

Relevante considerar a percepção de que a Terra Indígena constituiu-se uma das “mais impactadas do Brasil”. A região de ocupação tradicional Apinajé caracterizou-se por ser uma

---

<sup>5</sup> .PEMPXÁ – Associação União das Aldeias Apinajé. *Documento final das II assembleia geral*. 28 de setembro de 2011.



zona de confluência de projetos econômicos de Estado, chamado de “corredor do desenvolvimento norte-sul”. Localizadas a poucas dezenas de quilômetros da Terra Indígena está a interseção das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, e ferrovia norte-sul, além da usina hidrelétrica do Estreito, mostrando o quanto é emblemática a pressão dos projetos econômicos sobre o seu território.

O planejamento e a implantação desses projetos econômicos de Estado fazem parte de diferentes contextos. De alguma forma, os Apinajé tiveram que enfrentar distintos momentos de expansão econômica “desenvolvimentista”. De JK ao PAC<sup>6</sup>, eles passaram toda a segunda metade do século XX, enfrentando as consequências desses “projetos de desenvolvimento”. É significativo o impacto que este processo teve nas mudanças socioculturais e na restrição do uso de seu território tradicional. Cabe-nos qualificar, para essa pesquisa, a política de ocupação social do espaço e a política de “desenvolvimento” da Amazônia legal idealizada durante o regime militar - com a política de ordenamento fundiário, construção da rodovia Transamazônica e a execução do Programa Grande Carajás – e suas consequências para as comunidades Apinajé.

Durante o regime militar a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas alterou-se substancialmente. O governo militar procurou propiciar “projeto de desenvolvimento”, voltado para crescimento interno, com incremento das exportações de produtos agrícolas e produtos industrializados. Para isso, subsidiou política de incentivos fiscais e créditos. Como aponta Garfield, “para os povos indígenas, sob a tutela do governo federal, a centralização do poder de Estado sob o regime autoritário comprometido com o desenvolvimento do interior representava uma nova era”. (GARFIELD, 2011, p. 210). A intenção dos militares era promover a industrialização, a modernização agrícola e expandir a infraestrutura com o objetivo de resolver desequilíbrios regionais e garantir a “segurança nacional”.

Em princípios dos anos 70, durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional) que destinou mais de um bilhão de dólares entre

---

<sup>6</sup> Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha por objetivo “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.”. Na política energética privilegiou-se a construção de usinas hidrelétricas nas principais bacias hidrográficas brasileira, localizadas principalmente na Amazônia Legal.

1971 e 1974, para a construção da rodovia Transamazônica<sup>7</sup>. O PIN tinha como objetivo ainda promover a intensa colonização da Amazônia. A rodovia Transamazônica, conforme comunicado publicado no *Jornal do Brasil* em março de 1970, atravessaria a “Belém-Brasília, na altura de Marabá, às margens do Tocantins (mais precisamente em Estreito no Maranhão a aproximadamente 40 km do território Apinajé) (...)”. O comunicado prossegue afirmando que a rodovia “será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização do enorme vazio demográfico e o início da exploração de potenciais até então inacessíveis.” (Apud: Velho, 2009. p. 139). Conforme Otávio Velho, a obra foi iniciada em fins de 1970, simultaneamente em diversos trechos, e já em outubro de 1971 já estavam sendo entregue ao tráfego. Ele afirma “do outro lado do rio Araguaia, em Goiás, de um ponto situado 8 quilômetros acima de Araguatins abria-se também a ligação com a Belém-Brasília, com a construção de estrada nova e o aproveitamento do ramal que ligava Tocantinópolis à localidade do Estreito” (Apud: VELHO, 2009. p. 139).

Esse trecho, mencionado acima, atravessou o território de uso permanente dos Apinajé, passando a cerca de 2 quilômetros da aldeia São José, a sua comunidade mais populosa. Dada a proximidade com as habitações, pode-se imaginar, o impacto da chegada de grandes máquinas abrindo caminho em meio ao cerrado. Kangrô – que naquele tempo era vice-cacique da aldeia – contou episódio em que fala que a intenção era passar a estrada pelo meio da aldeia, o que foi rechaçado pelos indígenas. Constatam informações, que o cacique pediu aos operários da rodovia que abrissem o ramal para aldeia. O militar do exército responsável pela supervisão dos trabalhos não autorizou a estrada.

Logo após sua abertura, a Transamazônica passou a receber um fluxo intenso de carga e de passageiros neste trecho (VELHO, 2009; DODDE, 2012). Antes da construção da rodovia o único acesso dos Apinajé ao município de Tocantinópolis era por uma picada que ligava a uma estrada rural em direção à cidade. Os Apinajé passaram a utilizar a estrada para vender

<sup>7</sup> Sobre a rodovia Transamazônica e/ou seus impactos aos povos indígenas: VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. GOMEZ, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972. MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação defendida no programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília. 25 de maio de 2007. SOUZA, Matilde. *A epopeia da transamazônica: 90 milhões em ação*. Dissertação de mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 1995.

artesanato e em alguns casos dirigiam-se a cidade de Marabá. Kargrô conta episódio em que ele e o cacique pegaram a estrada rumo à Marabá, para trazer de volta algumas indígenas Apinajé que haviam partido com um caminhoneiro.

Uma das consequências diretas da construção da rodovia Transamazônica para os Apinajé foi a restrição do uso de seu território de ocupação permanente. Muitos Apinajé afirmam que os *kupê* (não-índio) passaram a utilizar a rodovia como limite do território que poderia ser utilizado pelos índios. Efetivamente, em 1985, quando a área indígena foi demarcada, a Transamazônica serviu de fronteira entre o território indígena e a área destinada ao assentamento fundiário.<sup>8</sup>

A política de ocupação e colonização da Amazônia legal idealizada pelo regime militar pretendia amenizar os conflitos fundiários, através da criação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) em 1980 (MAGALHÃES, 1990). Ao que tudo indica, quando os militares tomaram conhecimentos de grupos de guerrilheiros na região do sul do Pará, passaram a adotar uma política de ocupação e de desenvolvimento que amenizasse foco de tensão social existentes na região<sup>9</sup>. Neste contexto, a construção da transamazônica e a atuação do GETAT teriam o intuito de resolver os problemas fundiários e garantir a “segurança nacional”. Essa política significou o apogeu da militarização da questão de terras no Brasil. (Martins, 1984. p. 49). A reserva de faixa de terras à oeste da rodovia Transamazônica para colonização, sob a tutela militar, afetou diretamente área de uso permanente dos Apinajé. Área essa de referencial cosmológico, histórico, utilizado para caça e pesca e coleta de plantas de uso ritual e medicinal. No entanto, a construção de infraestrutura e reordenamento fundiário do norte goiano estavam associadas ainda a um contexto mais amplo “desenvolvimento” da região amazônica.

<sup>8</sup> Para maiores reflexões sobre os impactos de rodovias (empreendimentos lineares) em terras indígenas, ver DODDE, Paula Arrais Moreira. *Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó* / Paula Arrais Moreira Dodde. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012. O estudo de Dodde surgiu de análise técnica para elaboração do EIA-RIMA referente a pavimentação da BR-230 (Transamazônica) sobre os povos Aikewara, Guarani e Gavião Parakatejê, todos as etnias localizadas no Pará, e traz informações históricas sobre o período da construção da rodovia.

<sup>9</sup> Vale ressaltar a proximidade da região de eclosão da guerrilha do Araguaia com o território Apinajé, mas ao que indica historiografia do tema, não apresentam indícios de participação direta nos eventos.

No ano de 1980 foi criado o Programa Grande Carajás (PGC)<sup>10</sup> que consistia em um projeto de desenvolvimento “integrado”, formado por quatro grandes projetos: um depósito de minério de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí, no baixo Tocantins. No entanto, as reservas minerais foram os principais pilares do Programa. Descoberta acidentalmente em 1967, na Serra de Carajás no Pará, o depósito de minério de ferro era, naquele momento, uma das maiores reservas do mundo. Assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), criado pelo governo Geisel, deu prioridade aos recursos minerais e a infraestrutura necessária à sua exploração. A empresa era controlada, principalmente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e era financiada, majoritariamente pelo capital japonês, além de contar subsídios do governo federal. O projeto foi complementado em 1985 com a inauguração da estrada de ferro Carajás, que ligava a mina ao porto de Itaqui em São Luís, no Maranhão. (HALL, 1989.)

A construção da Estrada de Ferro Carajás, estabeleceu um programa, conhecido como Grande Carajás, que reconhecia impacto sobre diversos territórios indígenas, entre eles o território Apinajé. A assinatura do Convênio entre FUNAI e CVRD em 1982, previa a disponibilização de US\$ 13,6 milhões para viabilizar a demarcação física do território, bem como, para desenvolvimento das comunidades em longo prazo. Estavam incluídos na área de influência do PGC, 15 diferentes grupos indígenas, totalizando 13 mil indivíduos (TREECE, 1987). As autoridades empresariais relutaram em reconhecer a presença indígena na área de influência do Programa. Devido a recomendações do Banco Mundial, os recursos do PGC tinham como finalidade principal garantir a demarcação das áreas indígenas. Apesar do empenho dos antropólogos contratados para executar o plano, a maior parte do recurso foi destinado à cobrir as próprias deficiências orçamentárias e para manter ou ampliar a infraestrutura da FUNAI. Contudo, devido aos desvios do projeto e a pressão dos antropólogos o convênio foi suspenso em 1986.

---

<sup>10</sup> Algumas referências levantadas sobre o PGC: COTA, Raymundo Garcia: *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis; Vozes, 1984.; DAVIS, Shelton H. *Victims of the miracle: development and the Indians of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.; FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. *Os povos indígenas na Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectiva*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdam, julho de 1988.; HALL, Anthony. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rios de Janeiro: Zahar, 1989.; TREECE, David. *Bound in misery and iron: the impact of the Greater Carajás Programme on the indians of Brazil*. Londres: Survival Internacional, 1987.

Para os Apinajé a aplicação do recurso significou a adoção de Projeto de Desenvolvimento voltado para melhorias nas instalações de saúde e educação – pertencentes a FUNAI, aquisição de materiais diversos, instalação de uma cantina para venda de produtos, aquisição de cabeças de gado e compra de maquinário agrícola pesado para implantação de projeto de monocultura de arroz. Dito de outra forma, os recursos foram utilizados para manutenção da estrutura e execução de ação do órgão indigenista. Cabe analisar as transformações sociais decorrentes da introdução de agricultura mecanizada nas comunidades Apinajé e da venda de mercadorias nas cantinas das aldeias<sup>11</sup>. Todo esse contexto coincide com o processo de luta pelo reconhecimento e demarcação do território tradicional Apinajé, efetivado em 1985.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política desenvolvimentista do regime militar para a Amazônia brasileira, exemplificada nesta pesquisa pela construção da rodovia transamazônica, pela política fundiária levada à cabo pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) e implementação do Programa Grande Carajás, interferiu sobre as sociedades indígenas da região. Os governos militares valeram-se da retórica desenvolvimentista para levar a cabo a estruturação de um plano de desenvolvimento através da construção de rodovias (transamazônica) e exploração de minérios (Carajás). Os discursos desenvolvimentistas incorporam a noção de progresso, que legitima a instalação de empreendimentos econômicos a despeito das populações tradicionais que se encontram nos sertões “desabitados”. A noção de progresso fundamenta a explicação dos fenômenos históricos, hierarquiza as sociedades humanas em virtude de seus “estágios” de desenvolvimento, medidos segundo parâmetros da sociedade hegemônica, que privilegia a perspectiva material dessas sociedades. Desta forma, legitima uma noção, de senso comum que coloca as populações indígenas como sendo um empecilho ao progresso, uma vez que suas sociedades não endossam perspectiva histórica progressista.

---

<sup>11</sup> O antropólogo César Gordon analisa o processo de incorporação de mercadorias e as relações de consumo entre os Xikrin do Cateté, decorrentes do recebimento de recursos do programa com a CVRD. Dada às devidas proporções, a pesquisa de Gordon aponta possíveis caminhos de reflexão sobre as relações de consumo entre os Apinajé no contexto do programa da CVRD. GORDON, César. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Editora da UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAINES, Stephen. Imagens de lideranças indígenas e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2000, V. 43 n° 2.
- \_\_\_\_\_. “É a Funai que sabe”: a frente de atração Waimiri-Atroari. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 1988.
- BATALLA, Guillermo Bonfin. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: ARAVENA, Francisco Rojas (Ed.). *América Latina: etnodesarrollo y etnocidio*. San José de Costa Rica: FLACSO, 1982. p. 133-145.
- CAMACK, Robert M. Ethnohistoria y teoría antropológica. Trad. F. J. Lima. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979.
- CASTRO, Eduardo Viveiro de. Histórias Ameríndias. In: *Novos Estudos*. no. 36, julho de 1993. (p. 22-33).
- \_\_\_\_\_; CUNHA, Manoela Carneiro da. (Orgs.) *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1993.
- CTI – Centro de Trabalho Indigenista. *Estudos Etno-Ecológicos. Estudos de complementação dos impactos socioambientais da UHE Estreito nas Terras Indígenas Kraolândia, Apinajé, Krikati e Governador*, Outubro de 2006.
- COTA, Raymundo Garcia: *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis; Vozes, 1984.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. Por uma história indígena e do indigenismo. In: \_\_\_\_\_. *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 125-131.
- DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido: estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_.; LARAIA, Roque. *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Estudos Brasileiros.
- \_\_\_\_\_. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- DAVIS, Shelton H. *Victims of the miracle: development and the Indians of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- DODDE, Paula Arrais Moreira. *Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó / Paula Arrais Moreira Dodde*. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.
- EREMITES DE OLIVEIRA, José. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. In: *Prosa Uniderpjun*. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

- ESCOBAR, Arturo. *La Invención del Tercero Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma, 1996.
- FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. *Os povos indígenas na Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectiva*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, CTI. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdan, julho de 1988.
- GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- \_\_\_\_\_. Beholding the miracle: Xavante indians and economic “development” under Brazilian military rule. *The Americas*, v. 57, no. 4, PP. 551-580, abr. 2001.
- GIRALDIN, Odair. *Axpên Pyràk: História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2000.
- GOMEZ, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972.
- GONÇALVES, José da Silva. *A luta pela identidade social: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central*. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional/UFRJ. 1981.
- GONÇALVES, Rosiane Ferreira. *Impactos de projetos de desenvolvimento em Terras Indígenas, na Amazônia brasileira*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.
- GORDON, César. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Editora da UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.
- HALL, Anthony. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- HARTMAN, Tekla (ed.). *Cartas do Sertão: de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa: Museu de Etnologia. 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006.
- LADEIRA, Maria Elisa; AZANHA, Gilberto. *Diagnóstico socioeconômico e avaliação de impactos nas terras indígenas Krahô, Kritkati e Apinajé, situadas na área de influência do Corredor de Transporte Multimodal CentroNorte Hidrovia AraguaiaTocantins*. Centro de Trabalho Indigenista, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/WHqqON>>. Acessado em: 09 setembro. 2016.
- LIMA, Antônio Carlos de Sousa. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax Nildo. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54), 2005

- MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os projetos econômicos de Estado: a política de ocupação da Amazônia. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, 6 (2), 1990.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.
- MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y Reducido: ensaios de Etnohistoria*. 4ª Edición Asunción: CADUC: CEPAG, 1997.
- MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação defendida no programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília. 25 de maio de 2007.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História indígena no Brasil. In: GRUPIONI, Luiz; SILVA, Aracy (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC: MARI:UNESCO, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém/PA, 1983.
- OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. Povos Indígenas, Poder Tutelar e Processos do Desenvolvimento no Cerrado Maranhense. In: *Revista Antropológicas*, ano 18, 25(2):71-93, 2014.
- OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *Os Apinagé do Alto Tocantins: costumes, crenças, artes, lendas, contos e vocabulário*. *Boletim do Museu Nacional*, VI, 1930. p. 61-110.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROCHA, Raquel Pereira. *O “Tempo do primeiro” e o “tempo de agora”*: transformação social e etnodesenvolvimento entre os Apinajé/TO. Tese de doutorado. Campinas, SP, 2012.
- ROJAS, José Luis. *La Etnohistoria de América: los indígenas, protagonistas de su historia*. Buenos Aires: SB, 2008.
- SACHS, Wolfgang (ed.). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. 2000.
- SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. *Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia*. Apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdam, julho de 1988.
- SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lúcia M. M. de (Orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas* São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.



- SCHRÖDER, Peter. A Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, V. 40 n°2.
- SCHWARCZ, Lilian M. Questões de Fronteira: Sobre uma antropologia da história. In: *Novos Estudos*, Julho de 2005, n. 72, p. 119-135.
- SOUZA, Matilde. *A epopeia da transamazônica: 90 milhões em ação*. Dissertação de mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 1995.
- TREECE, David. *Bound in misery and iron: the impact of the Greater Carajás Programme on the indians of Brazil*. Londres: Survival Internacional, 1987
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: Viola, Andreu (Comp.). *Antropología del desarrollo: Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona, Piados, 2000. pag. 9-64.